



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**A aplicação de políticas públicas na Pandemia da Covid-19: um estudo
sobre a implementação das vacinas**

JULIANA BRAÚNA PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência
Política da Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Teixeira

Brasília-DF

2022

RESUMO

A pandemia da Covid-19 trouxe a reflexão acerca da importância das políticas públicas, especialmente as voltadas para área da saúde, sendo aqui abordada a vacinação e a implementação. No surto do Corona Vírus, diversas pessoas recusaram-se a vacinar, apesar da quantidade exorbitante no número de mortos diariamente no Brasil e no mundo. O objetivo deste trabalho é analisar a implementação no Brasil das políticas públicas relacionadas às vacinas da Covid-19 e o conflito entre os estados e o governo federal nesse processo.

Palavras-Chaves: pandemia, vacina, políticas públicas, covid-19

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic brought reflection on the importance of public policies, especially those aimed at the health area, with vaccination and implementation being addressed here. In the Corona Virus outbreak, several people refused to vaccinate, despite the exorbitant amount in the daily death toll in Brazil and the world. The focus of this work is to analyze the implementation in Brazil of public policies related to Covid-19 vaccines and the conflict between the states and the federal government in this process.

Keywords: pandemic, vaccine, public policies, covid-19

Introdução

Em dezembro de 2019 a China enviou alerta à Organização Mundial da Saúde (OMS), informando casos de pneumonia detectados na cidade de Wuhan, com causa desconhecida. Em janeiro de 2020 houve a primeira morte no país da nova doença, Sars-CoV-2, que já havia se espalhado para Tailândia, Japão, Coreia do Sul, Singapura e Vietnã ainda no mesmo mês, contando com 213 mortes somente no país de origem. Em fevereiro, o cenário tornou-se pior, espalhando a nova doença para diversos outros países e continentes, incluindo o Brasil. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, o número de infecções chegou a 100 mil e assim o mundo todo parou. (OPAS)

No final de março de 2020, a OMS divulgou relatório desenvolvido por cientistas da China e de outras partes do mundo, que reforçou a origem natural da epidemia. A tese mais aceita diz que o vírus passou do morcego para um mamífero intermediário, e dele para o ser humano. A transmissão de um morcego diretamente para um humano também foi apontada como uma hipótese possível e provável. (BUTANTAN)

Citada como a “pior crise” mundial desde a II Guerra Mundial, iniciaram os estudos sobre o vírus e formas de contenção da doença, surgindo assim a necessidade de uma vacina. Com o surto, a OMS recomendou o uso de álcool para higienização das mãos, posteriormente o uso de máscaras, o que fez com que mercados, farmácias e estabelecimentos que vendiam os itens ficassem sem estoque. A população foi se readaptando, iniciou-se o uso de máscaras de tecido, outros itens de limpeza eram utilizados nas residências devido à falta de abastecimento de álcool, o isolamento social era cada vez mais rígido e os únicos estabelecimentos em funcionamento eram hospitais, farmácias e supermercados.

Em 2 de abril são reportados mais de 1 milhão de casos no mundo, número este que não estimava o valor real de infectados, já que não era possível acompanhar a quantidade de casos crescente ao redor do mundo em tempo hábil. Os estudos sobre as vacinas se intensificam no mundo todo. Ao decorrer dos meses os casos aumentaram, em maio o Brasil foi o país com maior número de mortes do mundo e o mais afetado da América do Sul, até que em maio de 2020 surgiu o primeiro teste de vacina para combater o vírus.

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise da implementação no Brasil das políticas públicas relacionadas às vacinas da Covid-19 e o conflito entre os estados e o governo federal nesse processo.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, dados estatísticos e pesquisa realizada em sites relacionados ao tema estudado.

Pandemia no Brasil

Em 06 de fevereiro de 2020 foi sancionada a Lei da quarentena no Brasil, primeira medida contra a Covid no país. A lei trouxe normas da quarentena no país e medidas de combate ao coronavírus. A proposta foi enviada pelo Executivo ao Congresso e aprovada na mesma semana como forma de estabelecer regras para a chegada no país dos brasileiros que estavam em Wuhan - cidade chinesa epicentro da pandemia - e foram trazidos ao Brasil pelo governo brasileiro. No Brasil, o primeiro caso detectado foi de um paulista que havia viajado para Itália. Foi o primeiro caso da América Latina também, o que gerou preocupação aos países vizinhos. (UNASUS), (RUPRECHT e PINEIRO, 2020)

Em março tiveram início as medidas dos governos estaduais para evitar aglomerações e promover o distanciamento social. No governo federal, foram tomadas ações para incentivar a economia em meio ao combate ao vírus. O Distrito Federal foi o precursor ao estabelecer medidas de distanciamento social. Por meio de um decreto, o governador Ibaneis Rocha suspendeu as aulas na rede pública e privada por cinco dias, além de eventos que exigissem licenças do governo do Distrito Federal. Dias depois foram suspensas também atividades de atendimento ao público em comércios, medida que incluiu restaurantes, bares, lojas, salões de beleza, entre outros. Ações similares foram tomadas nos dias seguintes em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os demais estados também passaram a tomar medidas de quarentena. No mesmo mês houve a primeira morte no país.

Em meio às medidas de distanciamento e contingência tomada pelos estados para tentar frear as infecções da Covid-19, o Governo Federal caminhava em outro sentido, quando o presidente Jair Bolsonaro pedia o fim do isolamento social e das medidas de prevenção, informando os malefícios econômicos que as medidas traziam, mesmo após recomendações de distância do Ministério da Saúde. Nos estados, o isolamento social foi mantido pelos governadores, não seguindo a recomendação do presidente.

Citada como a “pior crise” mundial desde a II Guerra Mundial, o desemprego aumentou com as medidas de restrição. Surge, em abril, o Auxílio Brasil, programa do governo para ajudar cidadãos de baixa renda a sobreviverem a pandemia. A essa altura, muitas empresas

adotam o home office, trabalhadores podem ficar em casa e trabalhar, mantendo as medidas de isolamento. Por outro lado, diversos brasileiros não podem ficar em casa, o que ajuda no crescente aumento de casos da doença no país. Surgem os remédios sem comprovação científica para tratamento do vírus, indicados pelo presidente Bolsonaro, contra os estudos de vacina acontecendo ao redor do mundo. Em maio é testada a primeira vacina contra o corona vírus, que um mês depois chega ao Brasil para realização de testes. Até o momento, o Brasil teve 28 milhões de casos com, pelo menos, 656 mil mortos pela covid-19. (UFPR)

Políticas Públicas

Desde o início da pandemia de COVID-19, a comunidade internacional tem trabalhado fortemente na elaboração de uma vacina contra o vírus causador da doença. Nunca na história tantos esforços foram colocados no combate a uma doença. O resultado é que poucos meses após o descobrimento do vírus, vacinas começaram a ser testadas. Em dezembro de 2020, países começaram seus programas de imunização emergencial.

No Brasil, em 1973, com a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) foi possível erradicar e controlar diversas doenças, com a vacinação da poliomielite, sarampo, tétano, tuberculose entre diversas outras. Com a Covid-19, a vacina busca diminuir a quantidade de óbitos e tornar os sintomas dos contaminados mais brandos, tornando possível posteriormente a imunização de rebanho.

Na plataforma Observatório da Vacina, criada por pesquisadores brasileiros com apoio do CNPq e do Ministério da Saúde, é possível observar quais vacinas essenciais já foram administradas em todos os estados e municípios do Brasil para crianças de até 2 (dois) anos. De acordo com o Governo Federal, o objetivo do Observatório das Vacinas é fornecer subsídios para apoiar políticas públicas, dando suporte ao PNI/MS e apontando inconsistências do SI-PNI (Sistema de Informação do PNI). A plataforma ainda não foi adaptada para mais idades e outras vacinas, como a da Covid-19. Na visão de alguns pesquisadores, o Brasil se encontra neste cenário atualmente, devido à falta de Políticas Públicas eficientes no enfrentamento a Pandemia.

Daniel Vásquez e Domitile Delaplace afirmam que estamos diante de uma política pública sempre que o poder estatal, com o objetivo de buscar o bem-estar social, se utilizando de recursos próprios, leva a efeito ações para resolver, de forma eficaz e o mais racional

possível, um problema público por meio de um processo de ações governamentais. (APUD BONFIM FILHO E AL., 2019, p. 4)

Diversos estudiosos acreditam que uma política pública é elaborada em quatro fases, sendo estas: a formação da agenda, a formulação da política, o processo de tomada de decisão e a implementação da política. A montagem da agenda diz respeito ao reconhecimento de que algum assunto é um problema que requer mais atenção por parte do governo.

De acordo com Saravia e Ferrarezi (2007), com a necessidade de novas técnicas de administração, foi criado o planejamento, até hoje utilizado, que servia de orientação para a organização das empresas privadas, motivando também as estatais, sendo um período de grande evolução e desenvolvimento. Com a evolução do planejamento no âmbito das empresas internacionais, avistou-se a necessidade de aprimoramento, resultando nas técnicas do planejamento estratégico, onde se avaliava o contexto vivido para então criarem as metas e objetivos, tornando-os mais plausíveis e alcançáveis, impondo assim a gestão estratégica. Futuramente estas ações ocasionaram nas políticas públicas, forma que se mostrou mais eficiente na solução de incertezas vividas.

Com este cenário, indaga-se, o que é uma política pública? Pode-se tentar dizer que é uma estratégia que traz um fim para os grupos interessados, resultando no equilíbrio social, político, econômico etc., apesar do equilíbrio político não ser tão alcançável. Existem diversas interpretações e conclusões a respeito.

De acordo com Thoenig, as políticas públicas são a estrutura do sistema político. As etapas de formulação, implementação e avaliação de política pública precisam ser especificadas na América Latina, porque cada etapa é campo para tipos diferentes de negociação. Assim sendo, entendemos que toda política pública busca o bem-estar coletivo, onde cada política visa um aspecto e urgência, sendo influenciadas pelas ações governamentais e mudanças na teoria da implementação. No âmbito econômico, as políticas públicas tiveram maior êxito, e o estudo da mesma mostra a importância das instituições estatais como organizações e ações de estruturação. (APUD SARAVIA, 2007)

O STF julgou importantes questões relacionadas às vacinas, principalmente sobre a obrigatoriedade e o uso de vacinas em estudo, como da Pfizer, a Moderna, a Coronavac e a de Oxford, que podem ter um profundo impacto nas políticas públicas de vacinação e no combate à pandemia. O PDT ingressou com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) para que os estados e municípios possam tornar a vacinação obrigatória, uma vez que a presidência da

república informou que a vacina não será obrigatória, pelo menos no que depender do Ministério da Saúde. Já o PTB ingressou com uma ADI para que a vacina não seja obrigatória, em decorrência da insegurança sobre a eficácia e efeitos desconhecidos que podem ocorrer.

O cerne do debate é se a União pode decidir ou não pela obrigatoriedade, uma vez que há movimentos antivacina e especialmente contra a vacina da covid-19, por toda a problemática existente sobre o que pode haver por trás da vacina, pela sua origem e pelo que especulam a respeito dos interesses dos fabricantes e exportadores.

No contexto de implantação das políticas públicas no campo da saúde, temos que a maior parte das iniciativas são oriundas de entidades ou órgãos que estão vinculados diretamente à União. Porém, o que vimos nos últimos meses, é o poder executivo federal permitir que outros entes tomem o protagonismo no que tange e traça políticas mesmo que alguns entes se quer tenham competência legal para isso.

O STF atendendo principalmente a ações impetradas por partidos políticos, assume um papel crucial, para que possa haver um incentivo para que as medidas de combate ao vírus possam ter eficácia. Assim mesmo, o julgamento imparcial das eventualidades garante a contribuição de um grupo importante na determinação dos procedimentos normalmente adotados. Acima de tudo, é fundamental ressaltar que a hegemonia do ambiente político talvez venha a ressaltar a relatividade das posturas dos órgãos dirigentes com relação às suas atribuições.

A omissão por parte do poder executivo federal, que pode ser entendida como uma agenda ideológica da presidência da república, abre brechas para que outros agentes possam efetivamente implementar políticas, inclusive contra os interesses do poder central. Cada vez mais vemos o enfraquecimento desse poder central, principalmente por conta das omissões que passaram a ser suprimidas por meio de decisões judiciais.

De acordo Saravia (2007), pode-se tentar dizer que uma política pública é uma estratégia que traz um fim para os grupos interessados, resultando no equilíbrio social, político, econômico, dentre outros, apesar do equilíbrio político não ser tão alcançável. Existem diversas interpretações e conclusões a respeito. De acordo com Thoenig, as políticas públicas são a estrutura do sistema político. As etapas de formulação, implementação e avaliação de política pública precisam ser especificadas na América Latina, porque cada etapa é campo para tipos diferentes de negociação. Assim sendo, entendemos que toda política pública busca o bem-estar coletivo, onde cada política visa um aspecto e urgência, sendo influenciadas pelas ações

governamentais e mudanças na teoria da implementação. No âmbito econômico as políticas públicas tiveram maior êxito, e o estudo da mesma mostra a importância das instituições estatais como organizações e ações de estruturação.

Com o economista e co-autor da mesma obra, Jorge Vianna Monteiro, temos o conceito do processo de decisão de uma política pública. Na ciência da decisão temos o contexto de oportunidade e a gestão de crises, ambos com atuação dos policy-makers, onde no primeiro caso é “criada” a oportunidade por este ator, e no segundo caso é involuntário. Estes são os casos extremos, onde não cabe dizer que são o padrão para implementação das políticas públicas, mas são necessárias e importantes para observar a evolução de oportunidade à crise. As políticas são divergentes em casos não-rotineiros, devido a necessidade de atuação no momento, mas em casos rotineiros as ações dos policy-makers possuem um padrão estabelecido. (apud SARAVIA e FERRAREZI, 2007)

Em uma outra vertente, temos o artigo de Eduardo Trindade, que traz um comparativo da teoria dos jogos e o atual cenário da pandemia. Para Trindade, a teoria estuda “as decisões tomadas em situações nas quais os resultados dependem das estratégias escolhidas por todos os agentes envolvidos em determinada situação e que, embora possam ser distintas, visam a objetivos em comum.”. Pode-se dizer que os indivíduos (jogadores), no tema estudados, somos nós, simples indivíduos, o governo e os grupos políticos, que possuem diferentes posicionamentos e interesses. Baseado nessa teoria, a competição entre os atores não trará um bom resultado, visto que não estão buscando o bem comum, e sim um bem individual, que não traz resultados. Não há cooperação entre os membros, impossibilitando a solução do problema, neste caso a imunização pela vacina.

Seguindo esta linha, temos uma análise da teoria dos jogos no contexto das Ciências Sociais pelo sociólogo Ádamo Alberto de Souza, que faz um comparativo com a teoria da escolha racional, que busca explicar e prever o comportamento social. Quando um jogador se depara com uma encruzilhada, e a sua escolha é baseada no que acredita ser o melhor para si mesmo, pode-se dizer que ele se comportou racionalmente.

“A teoria da escolha racional ajuda a identificar problemas e contradições centrais nas relações entre jogadores em postos de comando e jogadores subordinados, além de ajudar a compreender por que certas soluções são eficazes, contudo, não consegue explicar os arranjos específicos que se adotam na prática.” (MONSMA, 2000 apud DE SOUZA, 2020, p. 96)

Ao analisar a experiência do Brasil, a existência de políticas públicas nacionais de combate às epidemias são inerentemente problemáticas, dependendo dos conceitos utilizados - falta de diagnóstico preciso do problema e suas causas, falta de objetivos claros e falta de diálogo com outros países. Políticas públicas bem sucedidas que estão sendo implementadas (como políticas de vacinação, programas sociais, atuação de agentes comunitários de saúde etc.) parecem indicar uma série de ações isoladas e desarticuladas ao invés de planejamento, desenho, implementação e monitoramento efetivos das políticas públicas.

No caso da Covid-19, ocorreu a falta de coordenação e postura conflituosa do poder executivo federal em relação a governadores e prefeitos que aderiram aos pareceres científicos dos profissionais da saúde, principalmente por meio de medidas de distanciamento social, apoio a vacina, uso de máscaras de proteção e restrições ao funcionamento das atividades econômicas e sociais.

A vacina

Com o passar dos meses, a “corrida” da vacina foi iniciada, onde a indústria farmacêutica, cientistas, empresários e governos buscavam desesperadamente uma forma de “cura” para a Covid, quando se concluiu que a vacina seria a solução. Apesar de muitos cientistas, médicos, especialistas e até mesmo a Organização Mundial da Saúde informar sobre a necessidade da imunização de rebanho, resultado possível com a vacina, muitos países, líderes e cidadãos não concordaram com tal medida.

No Brasil, o presidente da república, Jair Bolsonaro, foi a favor do chamado “kit covid”, que contém no pacote sulfato de hidroxicloroquina, azitromicina e o vermífugo ivermectina. Esses medicamentos não têm eficácia comprovada contra Covid-19, segundo especialistas, mas foi a medida aprovada pelo presidente desde o início da pandemia. Na busca incessante pela vacina e com a falta de suporte do governo federal, após diversas mortes, escândalos de desvio de equipamentos de proteção individual, recursos para os estados e municípios, foi determinada a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – que visa apurar se houve atos ou omissões por parte de autoridades que são passíveis de responsabilização no âmbito da pandemia de COVID-19. Na CPI da Covid, foi abordado o motivo do governo não apoiar a vacina da Covid, dentre outros acontecimentos que levaram a morte de 624 mil pessoas, como a gestão de hospitais e desvio de orçamento para combate a pandemia.

A CPI se debruçou, a respeito de 13 temas, sendo eles: i) o gabinete paralelo; ii) a imunidade de rebanho; iii) o tratamento precoce; iv) a oposição às medidas não farmacológicas;

v) o atraso na aquisição de vacinas; vi) a crise do Estado do Amazonas e a falta de coordenação do governo federal; vii) o caso Covaxin; viii) os hospitais federais do Rio de Janeiro; ix) o caso VTC Operadora de Logística – VTCLog; x) a análise orçamentária da pandemia do Brasil; xi) a questão indígena e quilombola; xii) a desinformação na pandemia (fake news); e, por fim, xiii) o caso Prevent Sênior.

A CPI teve repercussão mundial, e apesar de tudo que foi constatado, o presidente Bolsonaro continuou recebendo suporte de seus apoiadores, que defendem até o momento suas medidas de enfrentamento contra a vacina. Tal posicionamento do presidente, abertamente contrário a vacina, é um dos fatores que trouxe falhas na implementação da vacinação contra Covid-19 no Brasil. Primeiramente, é necessário pontuar o cenário político em que o país se encontra e se encontrava quando o atual presidente foi eleito. Após diversos escândalos políticos dos governos anteriores e muitos cidadãos insatisfeitos, iniciou-se a batalha Bolsonaro contra a esquerda, o que fez com que diversas pessoas apoiassem as medidas adotadas pelo presidente pelo simples fato de serem contrários aos posicionamentos da esquerda, que apoiou publicamente a implementação da vacina antes mesmo de termos alguma disponível no país.

A guerra política foi um fator importantíssimo na batalha contra a vacina, já que muitos não se vacinaram por seguirem suas ideologias políticas bolsonarista, que reprime veemente a vacinação de qualquer grupo, seja de risco ou não, idoso ou criança.

Com a falta de apoio do governo, a compra de vacinas tornou-se mais difícil, já que foram ofertadas aos brasileiros pela Pfizer, e o então ministro da Saúde Eduardo Pazuello citou problemas de logística e de segurança jurídica para não assinar o contrato em agosto de 2020. De acordo com informações da CPI da Covid, “o senador Marcos Rogério (DEM/RO) destacou que a aquisição de 100 milhões de doses em março de 2021 ocorreu após a liberação da Anvisa e a *aprovação de uma lei para o governo assumir as responsabilidades civis*. Mas o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) argumentou que desde novembro/2020 o Palácio do Planalto poderia ter resolvido a insegurança jurídica e garantido a entrega de 14,5 milhões até junho.”

Em nota, o Ministério da Saúde argumentou que as cláusulas propostas para compra das vacinas da Pfizer eram abusivas. O Butantan e a Fiocruz (respectivamente, responsáveis no país pelas vacinas CoronaVac e Oxford-AstraZeneca) foram a frente e iniciaram as tratativas para comprar a Oxford-AstraZeneca, e com a chinesa Sinovac para a transferência de tecnologia para produzir a CoronaVac. Depois de conseguirem acordos com as fabricantes estrangeiras, ambos apresentaram as propostas ao governo federal.

Na época, Bolsonaro afirmou que não iria comprar vacinas da China, a CoronaVac, apesar do seu então Ministro da Saúde Eduardo Pazuello ter apoiado a compra da mesma. Um dos (diversos) fatores que influenciou na decisão do presidente foi a disputa política com o governador de São Paulo, João Dória, que repreendia as decisões do governo e era a favor da compra da CoronaVac. Na CPI da Covid, o epidemiologista Pedro Hallal – responsável pelo maior estudo da doença no Brasil – afirmou¹ que 95,5 mil mortes poderiam ter sido evitadas se o governo federal não tivesse atrasado propositadamente a compra das vacinas CoronaVac e da Pfizer. Com a adoção de outras medidas, quase 700 mil vidas seriam evitadas estivéssemos na média mundial.

No Brasil a vacinação da Covid-19 foi mais tardia, comparando a outros países com condições econômicas e estrutura similar. O que justifica a demora na compra das vacinas, e a falta de apoio do governo federal? O Brasil possui um dos maiores programas de imunização do mundo. O Programa Nacional de Imunização já atingiu coberturas de vacinação superiores a 95% no nosso país continental e extremamente desigual. Por essa razão, obteve significativo reconhecimento internacional. O PNI, hoje, viabiliza o fornecimento regular de 44 vacinas em todo o Brasil, de acordo com dados do Jornal Nexo. O PNI é, hoje, parte integrante do Programa da Organização Mundial da Saúde, com o apoio técnico, operacional e financeiro da UNICEF e contribuições do Rotary Internacional e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (Ministério da Saúde)

Hoje, 70% da população brasileira está vacinada², com duas doses, contra o corona vírus. De acordo com o jornal BBC, Cientistas começaram a estudar a hesitação em relação às vacinas muito antes do Sars-CoV-2, vírus causador da covid-19, ser identificado pela primeira vez no mundo. Grande parte do número de infectados em estado grave atualmente, são de pessoas que não tomaram a vacina.

Foi realizado um estudo, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, Instituto Butantan e pela London School que propõe um modelo matemático que estima o impacto do atraso da vacinação contra a Covid-19 no número de mortes no Brasil. O estudo simulou a vacinação do percentual de 70% vacinados no período de 9 meses, o que resulta em uma média de 544 mil pessoas por dia. O estudo seguiu a possibilidade fática de ocorrer tal quantitativo diário de vacinação, que seria viável se aceitassem as propostas da Pfizer e CoronaVac e com a experiência

¹ Fonte: SINDESC

² Fonte: [Coronavírus \(COVID-19\) Vacinação - Nosso Mundo em Dados \(ourworldindata.org\)](https://ourworldindata.org/coronavirus-covid-19-vaccination)

de aplicação de vacinas no Brasil, que possui vasta experiência na matéria e possui estrutura para tal. O resultado do estudo sugere o incrível valor aproximado de 127 mil vidas salvas.³ Na CPI da Covid foi confirmado a conduta omissiva do Estado.

Dentre os medicamentos do Kit Covid, encontra-se a *Hidroxicloroquina*, mundialmente utilizada por apoiadores do movimento antivacina, *Azitromicina*, *Prednisona* e *Calecalciferol*. Outros medicamentos também propagados pelo governo Bolsonarista e seus apoiadores são a *Invermectina*, usado no tratamento de vários tipos de infestações por parasitas, e *Anitta*, um vermífugo indicado para o tratamento de infecções, como gastroenterites virais causadas por rotavírus e norovírus.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é um direito de todos e uma obrigação do Estado, garantido políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outras exacerbações e pelo acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção da saúde e proteção.

A relação entre estados e governo na vacinação

Em relação aos estados e o governo federal, foi perceptível no decorrer da pandemia a diferença na gestão dos governos. Enquanto os estados buscaram isolamento social e vacinas, o Governo Federal incentivou o término do isolamento e houve demora na aquisição de vacinas.

No estado de São Paulo, o ex-governador João Dória foi o primeiro a adquirir vacinas no Brasil, em janeiro de 2021, tornando o estado o primeiro a imunizar a população, o que incentivou outros estados a pressionarem o presidente para que mais vacinas fossem adquiridas. Atualmente, o estado tem 89,99% com duas doses da vacina. A atitude de Doria foi mal-vista no âmbito federal, gerando conflitos com Bolsonaro, o que refletiu nas eleições deste ano, onde

³ Assim ficou disposto na p. 1015 do Relatório Final da CPI da Pandemia: “O modelo projetou que, na ausência de vacinação, haveria cerca de 350 mil mortes no Brasil até o final de 2021. Se, contudo, o Brasil tivesse iniciado uma campanha de vacinação à taxa máxima, poderia ter evitado cerca de 127 mil mortes. Essa taxa, conforme simulação, é de atingimento de imunização de 70% da população em 9 meses (544 mil pessoas por dia), o que é plenamente factível dada a experiência brasileira em vacinação em massa. Em 2010, foram vacinadas 80 milhões de pessoas em 3 meses contra o H1N1. Se as propostas iniciais da Pfizer e do Butantan tivessem sido aceitas, esse cenário seria possível de ser atingido.

o atual presidente não foi eleito por pouco, o que faz com que muitos digam que foi reflexo de sua gestão na pandemia. (Governo de São Paulo, 2022)

O Distrito Federal foi o primeiro a implementar medidas de isolamento, como já citado anteriormente. Na vacinação, o DF também conseguiu alcançar um bom número, apesar do ritmo lento no início da campanha.

Atualmente, de acordo com a FIOCRUZ e o mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil do portal Globo.com, 79,92% pessoas tomaram duas doses da vacina, ou dose púnica, e 84,8% tomaram uma dose no país inteiro. Os estados de São Paulo e Piauí são os que mais possuem vacinados com duas doses no país, com 89,99% e 88,3%, respectivamente. (FIOCRUZ)

Considerações Finais

Neste trabalho abordamos a implementação de uma política pública no país, especificamente da vacina na pandemia do coronavírus. Nas diversas abordagens existentes sobre políticas públicas, todas tratam como essencial a saúde, nicho em que a vacina se encontra. Por ser uma medida adotada pelo governo, a vacina no Brasil teve um processo mais lento do que se esperava, e muitos cientistas e a imprensa afirmam que com uma implementação mais rápida, no início da pandemia, a quantidade de mortos no país poderia ser reduzida. O ponto central, da implementação e eficácia das políticas públicas, foi abordado aqui de forma que ficou entendido que é um dever do Estado prover aos cidadãos itens de saúde necessários para sua vivência e sobrevivência.

Referências Bibliográficas

BONFIM FILHO, Ernany; FONSECA, Vicente. Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 8, 2019.

BUTANTAN. Como surgiu o novo coronavírus? (Disponível em: [Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem - Instituto Butantan](#))

FERNANDEZ, Michelle; LOTTA, Gabriela; CORRÊA, Marcelo. Desafios para a atenção primária à saúde no Brasil: uma análise do trabalho das agentes comunitárias de saúde durante a pandemia de Covid-19. (Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40858>)

FIOCRUZ, 2022 - Brasil celebra um ano da vacina contra a Covid-19. (Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-celebra-um-ano-da-vacina-contracovid-19#:~:text=Em%20um%20ano%2C%20o%20Brasil,pode%20ser%20considerada%20um%20sucesso.>)

GÓES GS, Borelli L. Implicações da descoordenação entre as esferas federal e estadual na condução de políticas públicas de combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasília, DF: Enap; 2021. (Cadernos Enap, 85; Coleção Covid-19 Fast Track).

Governo de São Paulo. Estado de São Paulo lidera ranking mundial de vacinação (Disponível em <https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/estado-de-sao-paulo-lidera-ranking-mundial-de-vacinacao/>)

G1 - Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil. (Disponível em <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>)

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIMA, Luciana e D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: Perspectivas analíticas. Revista de Sociologia e Política, 2013, vol. 21, n. 48.

Ministério da Saúde, quadro com aplicação das doses de Covid-19 no Brasil. (Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Vacina/DEMAS_C19Vacina.html)

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19 (Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>)

RAPOSO, Ana. Teoria dos jogos: um instrumento para a tomada de decisão em Relações Públicas, disponível em <https://journals.openedition.org/cp/271>

ROBSON, David. “Why some people don't want a Covid-19 vaccine” – by David Robson, 22nd July 2021. (Disponível em [Why some people don't want a Covid-19 vaccine - BBC Future](#))

ROCHA, Leone de Araújo. Políticas Públicas Segundo Leonardo Secchi. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 03, Ed. 12, Vol. 02, pp. 70-74 . Dezembro de 2018. ISSN:2448-0959

RUPRECHT, Theo. - PINHEIRO, Chloé. Coronavírus: primeiro caso é confirmado no Brasil. O que fazer agora? (Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/coronavirus-primeiro-caso-brasil/>)

SARAVIA, E. - FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2007.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SHEPSLE, Kenneth. Analizar la política: Comportamiento, instituciones y racionalidad. CIDE, 2016

SOUSA, Diogo. Avaliação: Levantamento Qualitativo de Ações Estaduais de Política de Enfrentamento à Covid-19: Diogo Sousa. Brasília: UnB, 2020. 26 p.: il.; 29,5 cm. (Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27099>)

SOUZA, Adamo Alberto. A teoria dos jogos e as ciências sociais. – Marília, 2003.

TRINDADE, Eduardo Neubarth. Artigo – Vacinação, Teoria dos Jogos e Políticas Públicas: a importância da cooperação, disponível em <https://cremers.org.br/artigo-vacinacao-teoria-dos-jogos-e-politicas-publicas-a-importancia-da-cooperacao/>

UFPR. Brasil e o mundo diante da crise econômica e da Covid-19 | PET Economia UFPR. (Disponível em <https://www.ufpr.br/portafulpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>)

UNASUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. (Disponível em <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>)

WU et al. Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos. Enap, 2014.

YUZAWA, Lucineia Satiko; FERREIRA, Wellington Fernando da Silva; OLIVEIRA, Elia Machado de. Políticas Públicas Brasileira de Imunização e Educação Permanente: Um Recorte Temporal Bioético. Id On Line, revista multidisciplinar e de psicologia (Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/1681/2487>)

ZORZETTO, Ricardo. As razões da queda na vacinação. Edição 270, ago. 2018. Revista FAPESP.